

Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade

UM ESTUDO SOBRE AS INICIATIVAS DO PODER PÚBLICO QUANTO À QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A STUDY ABOUT THE POWER OF PUBLIC INITIATIVES FOR ENVIRONMENTAL QUESTION

Daiane Ribas Moraes, Alexandre Novicki, Daiana Lowe, Karoline Freitas Machado e Adriane De
Graww De Oliveira

RESUMO

O presente trabalho baseia-se em explicar alguns conceitos da questão ambiental, analisando a participação, as iniciativas e projetos de proteção ambiental do setor público, objetivando esclarecer as necessidades atuais de atitudes sustentáveis e definir qual a real participação dos municípios em relação às ações socioambientais. O tema é relevante, pois permite identificar o que está sendo feito em relação à preservação do meio ambiente e de que forma os entes públicos pretendem melhorar o envolvimento do ser humano com o meio em que vive. O estudo caracterizou-se como uma pesquisa quali-quantitativa. Quanto ao ponto de vista dos objetivos caracteriza-se como explicativa e descritiva, quanto aos procedimentos técnicos classifica-se como bibliográfica e documental, envolvendo procedimentos técnicos de levantamento e pesquisa de campo. Os dados utilizados no artigo foram coletados por meio de um questionário, aplicado as prefeituras que integram a Associação dos Municípios das Missões – AMM, com perguntas objetivas, a fim de identificar qual o papel dos municípios da região das Missões na questão sócio ambiental. Os resultados alcançados permitiram avaliar que os municípios da região das Missões podem contribuir com inúmeras ações sustentáveis, benéficas para a qualidade de vida atual e futura, mas para isso deve colocar em prática algumas ações simples, motivando também a população a desenvolvê-las.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Setor Público, Contabilidade Ambiental.

ABSTRACT

This work is based on explain some concepts of environmental issues, analyzing participation, environmental protection initiatives and projects of the public sector, aiming to clarify the current needs of sustainable attitudes and define the effective participation of municipalities regarding environmental initiatives . The important issue, since it identifies what is being done about preservation of the environment and how public bodies seek to improve the involvement of human beings with the environment they live in. The study was characterized as a qualitative and quantitative study. As for the point of view of the objectives is characterized as descriptive and explanatory, as the technical procedures to be treated as literature and documents, involving technical procedures for survey and field research. The data used in the article were collected through a questionnaire administered municipalities that make up the Association of Municipalities Mission - AMM, with objective questions in order to identify the role of municipalities in the region of the missions in the socio environmental issue. The results achieved have enabled us to assess that the municipalities in the region of the missions can contribute to numerous sustainable actions, beneficial for the quality of current and future life, but to do so must implement a few simple actions, including encouraging the population to jointly build a sustainable world.

Keywords: Sustainable development, Public sector, Environmental accounting.

INTRODUÇÃO

A presente luta contra a degradação ambiental vem movimentando as mais diversas organizações, tanto públicas como privadas, para conscientização das pessoas sobre o quão importante é cada um fazer a sua parte e que a principal mudança começa com pequenas ações.

O presente artigo tem como tema avaliar quais são as iniciativas tomadas pelos municípios da Região das Missões no que tange as questões ambientais, desde como o ente tem contribuído para proteção do meio ambiente até a preocupação em conscientizar seus habitantes da importância que tem os atos de cada um. Foram utilizados conceitos da Contabilidade Ambiental e Contabilidade Governamental como instrumento de estudo e referência para a fundamentação teórica encontrada em consonância com o objetivo principal do estudo que é salientar a importância de atos que possam contribuir com a recuperação ambiental e principalmente obter resultados do quanto o ente público tem considerado relevante estas questões.

Esta pesquisa é relevante, pois diante das tragédias que vem ocorrendo atualmente no nosso país, derivadas das causas ambientais, a sociedade busca no ente público a esperança de melhorar as condições básicas para o convívio do homem com o meio ambiente. Assim, busca-se por meio dos objetivos específicos: Abordar a responsabilidade socioambiental dos municípios da região das Missões; Avaliar as iniciativas tomadas pelo setor público missioneiro na questão sócio ambiental; Mensurar os níveis de ações sócio ambientais realizadas pelos municípios da Região das Missões.

Para as acadêmicas a pesquisa é relevante porque demonstra informações sobre a contribuição dos municípios de sua região. Para a academia é relevante para que as próximas gerações de estudantes percebam o quão importante é a ação de cada ente público, por menor que seja seu município e para que toda a população saiba o quanto tal ente vem contribuindo.

Este artigo é estruturado da seguinte forma: Introdução, com breve informação sobre o assunto, justificativa e objetivo da pesquisa, levantamento teórico, metodologia, aplicação prática, resultados e por fim conclusão e referências.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os tópicos apresentados a seguir, demonstram uma breve explanação de conceitos, definições e abordagens da relação setor público para com a questão sócio ambiental em benefício de propagar o desenvolvimento sustentável da sociedade, com o objetivo de esclarecer a importância de atitudes sócio ecológicas e que permita a reflexão do quanto está sendo feito pelo meio ambiente.

2.1. A IMPLEMENTAÇÃO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL FRENTE À MODERNIDADE.

A partir da necessidade incessante dos seres humanos de extrair recursos naturais para sua sobrevivência surgiu, por volta do ano de 1970, a Contabilidade Ambiental. Segundo Costa (2012), seu objetivo é apresentar dados que fazem referência aos acontecimentos ambientais que possam de alguma maneira alterar ou modificar a situação patrimonial além da identificação e mensuração de tais acontecimentos.

Assim “contabilidade ambiental é a contabilização dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto, ou serviço, pode trazer ao meio ambiente” (COSTA, 2012, p. 29).

Segundo o autor, os órgãos públicos entram na questão ambiental como responsáveis por fiscalizar as normas referentes ao que é aceitável quanto a limites mínimos e

máximos para a sustentabilidade, além de ser responsáveis pela aplicação de multas e taxas para aqueles que extrapolam tais limites. Cabe aos órgãos públicos elaborar programas e conceder financiamentos para que sejam estimuladas as atividades econômicas sustentáveis.

Conforme o ITS Brasil (2009) outro conceito que promove ações individuais e desenvolvem um impacto na vida da sociedade é a responsabilidade social, auxiliando na preservação do bem-comum e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

De acordo com a ABNT NBR ISO 26000 (2010, p.18)

A característica essencial da responsabilidade social é a disposição da organização de incorporar considerações socioambientais em seus processos decisórios, bem como a accountability pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento transparente e ético que contribua para o desenvolvimento sustentável, esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. Também implica que a responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, seja praticada em suas relações e leve em conta os interesses das partes interessadas.

No pensamento de Alessio (2008 apud OELRICH 2009) a responsabilidade social tem um entendimento único a cada área de conhecimento em que se é utilizado, e coloca em discussão o verdadeiro motivo de possuir uma conduta socialmente responsável nos negócios, levantando a questão do bem estar social e os interesses associados à sustentabilidade dos negócios.

Para Benet al. (2009) o tema responsabilidade social está evoluindo em nível mundial, inclusive no Brasil, tanto na esfera acadêmica, profissional, governamental ou empresarial, direcionando ações para melhores condições de vida. Todavia, não basta apenas o crescente interesse da população nessa questão, em nosso país a muito a se fazer, principalmente no âmbito empresarial onde cabe ao profissional da contabilidade compreender esta temática e ajudar em sua implantação.

2.2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Segundo Bezerra Filho (2014), o controle do Patrimônio Público é objetivo da administração pública que deve gerir de acordo com a lei. Quando se trata da questão socioambiental, foi desenvolvida uma agenda ambiental para a administração pública aponte as deficiências e os controles que deverão ser feitos para o meio ambiente.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente “a Agenda Ambiental para a Administração Pública, mais conhecida como A3P, é um projeto criado pelo Ministério do Meio Ambiente no ano de 1999”. Este projeto foi elaborado com o intuito de avaliar, no que se refere a valores, os níveis de produção e consumo, para que possa ser incentivada a sustentabilidade.

O Ministério do Meio Ambiente relata que:

Em 2002 a A3P foi reconhecida pela UNESCO e ainda classificada como “O melhor dos Exemplos” devido aos resultados obtidos e a importância do papel que vinha sendo desempenhado. No ano de 2007 a Agenda Ambiental para a Administração Pública passou a fazer parte do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental e também da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental.

Para o Ministério do Meio Ambiente “o objetivo da A3P é conscientizar os servidores que é de extrema importância que sejam adotadas práticas socioambientais e que consigam refletir sobre o que vinham fazendo.” A A3P busca:

- ✓ Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- ✓ Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
- ✓ Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
- ✓ Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
- ✓ Contribuir para a melhoria da qualidade de vida. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, “AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA” 2009, P.33).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente deve-se considerar o princípio dos 5R’s para que qualquer ação elaborada com o foco na sustentabilidade alcance resultados positivos, os 5R’s são: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que causem impactos socioambientais significativos. Além de destes 5R’s, é imprescindível que sejam seguidos os 5 eixos temáticos que buscam principalmente a redução de impactos ao Meio Ambiente como mostra a figura 1 abaixo:

Figura 1: 5 eixos temáticos que buscam a redução de impactos ao Meio Ambiente



Fonte: Ministério do Meio Ambiente “Agenda Ambiental na Administração Pública” (2009, p. 36).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente este projeto socioambiental vem sendo aderido por muitas instituições no que tange as 3 esferas do governo e que vêm agindo para colaborar com o meio ambiente e para que se tornem exemplos para a população.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, quando uma instituição chega à conclusão que está na hora de descruzar os braços e fazer sua parte, ela opta por aderir a A3P e para que ela consiga aderir, deve assinar o Termo de Adesão que é proposto pelo Ministério do Meio Ambiente e serve como um meio de formalizar a participação do ente e afirma o compromisso perante os atos que podem causar danos ao meio ambiente.

Segundo a Cartilha “Agenda Ambiental na Administração Pública” proposta pelo Ministério do Meio Ambiente, é muito importante seguir 5 passos iniciais para implantar a A3P, são eles: Criar e regulamentar a Comissão Gestora; Realizar diagnóstico ambiental;

Desenvolver projetos e atividades; Mobilização e sensibilização e, Avaliação e monitoramento.

2.3 DESPERTAR DA HUMANIDADE PARA COM A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Atualmente, o ser humano percebe a necessidade de conduzir seus processos produtivos com extremo cuidado, adaptando-os sobre a ótica da sustentabilidade, tudo isso devido ao consumo excessivo ou utilização imprópria dos recursos naturais disponíveis, causando impactos negativos na saúde e um desequilíbrio ambiental, podendo este não conseguir sustentar a sua existência ao longo dos anos. (SEIFFERT, 2012).

Considerando o pensamento de Seiffert (2012) podemos citar as variações climáticas que vem ocorrendo atualmente como um desses desequilíbrios ambiental, responsáveis pelas enchentes, terremotos, chuvas de granizo, ameaça a corais, seca, incêndios florestais, diminuição no rendimento da agricultura, ocorrência de furacões e ciclones, causando estragos, doenças, prejuízos e até mesmo a morte.

Tendo noção desta necessidade da humanidade repensar suas atitudes perante o meio em que vivemos, o conhecimento da área ambiental se torna indispensável no pensamento de Seiffert apud Kruglianskas (2012) não somente para obter informação, mas para suprir uma demanda objetiva de mercado, seja qual for à área de conhecimento do profissional.

Segundo Seiffert (2012) uma série de condicionantes históricas levou ao homem pensar nessas questões socioambientais, surgindo assim a ideia de desenvolvimento sustentável, cujo conceito foi crescendo ao longo dos anos.

“O conceito de desenvolvimento sustentável foi cunhado inicialmente pelo relatório da Brundtland Commission em 1987, intitulado “Nosso futuro comum”. ” (SEIFFERT, 2012, p. 26).

O relatório define o que desenvolvimento sustentável sustenta:

Procura estabelecer uma relação harmônica do homem com a natureza, como centro de um processo de desenvolvimento que deve satisfazer às necessidades e às aspirações humanas. Enfatiza que a pobreza é incompatível com o desenvolvimento sustentável e indica a necessidade de que a política ambiental deve ser parte integrante do processo de desenvolvimento e não mais uma responsabilidade setorial fragmentada, (DIAS, 2010, p. 31).

Ainda com o objetivo da preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, foram estabelecidas pela Lei 6.938 no ano de 1981 a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), nela consta os objetivos, instrumentos e diretrizes da política e ainda criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) bem como sua estrutura básica e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Segundo a Política Nacional do Meio ambiente (PNMA) considera-se poluidor toda a pessoa física ou jurídica, que de alguma forma seja responsável direta ou indiretamente por ações prejudiciais ao meio ambiente. Sendo o Ministério Público da União e dos Estados o responsável por propor atitudes de conscientização e responsabilidade civil e criminal pela degradação causada à natureza.

2.4 PROPOSTAS E ESTRATÉGIAS AMBIENTAIS

Para Seiffert (2012) os governos locais estão sendo coagidos pela comunidade internacional ao decorrer dos anos, por intermédio de tratados e conferências a buscar uma solução concreta em amparo ao meio ambiente.

O Poder Público Municipal também exerce grande importância na gestão ambiental, por isso devemos analisar suas estratégias de gestão e como estas são importantes na promoção da sustentabilidade.

De acordo com a resolução nº 237 de 19 de dezembro de 1997 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA Art. 6º:

Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

Porem sua principal responsabilidade detém-se em orientar atitudes de desenvolvimento sustentável juntamente com sua comunidade, com base em critérios de equidade social, desenvolvimento econômico e proteção ambiental (SCHNEIDER, 2012).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa científica consiste em analisar uma determinada situação e verificar as verdades de acordo com a aplicação dos procedimentos metodológicos.

Do ponto de vista da natureza a pesquisa classifica-se como aplicada, pois gera conhecimentos para uma aplicação prática, busca soluções para problemas, envolve verdades e pesquisas para solução de uma questão problema.

Quanto à abordagem do problema classifica-se como quali-quantitativa. De acordo com GIL (2010, P.20) a pesquisa qualitativa considera “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados [...]”. Já a pesquisa quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”. (GIL, 2010 P.20)

Do ponto de vista dos objetivos classifica-se como:

Explicativa: Almeja identificar os fatos que determinam ou contribuem para a ocorrência de algum acontecimento, levando a aprofundar o conhecimento da realidade, com questões que expliquem o porquê das coisas. (GIL, 2010)

Descritiva: A região selecionada para a pesquisa foi à região das missões, situada no Rio Grande do Sul e integrada pelos municípios associados na AMM.

Quanto aos procedimentos técnicos classifica-se como:

Bibliográfica e documental: Produzida com base em materiais já publicados, constituído de livros, artigos de periódicos e com material disposto na internet, como também a utilização de dados dos municípios participantes da pesquisa.

Levantamento/ pesquisa de campo: Com o objetivo de analisar a importância da participação pública na questão socioambiental, optou-se pelo levantamento.

A pesquisa foi realizada sob a forma de questionário, o qual consiste em 30 questões que foram enviadas aos municípios com o objetivo de evidenciar o quão importante é a questão ambiental para a Administração Pública.

O questionário foi elaborado por meio do formulário *google* encaminhado o link por e-mail aos 26 municípios que integram a Associação dos Municípios das Missões (AMM), sendo eles: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Borja, São

Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

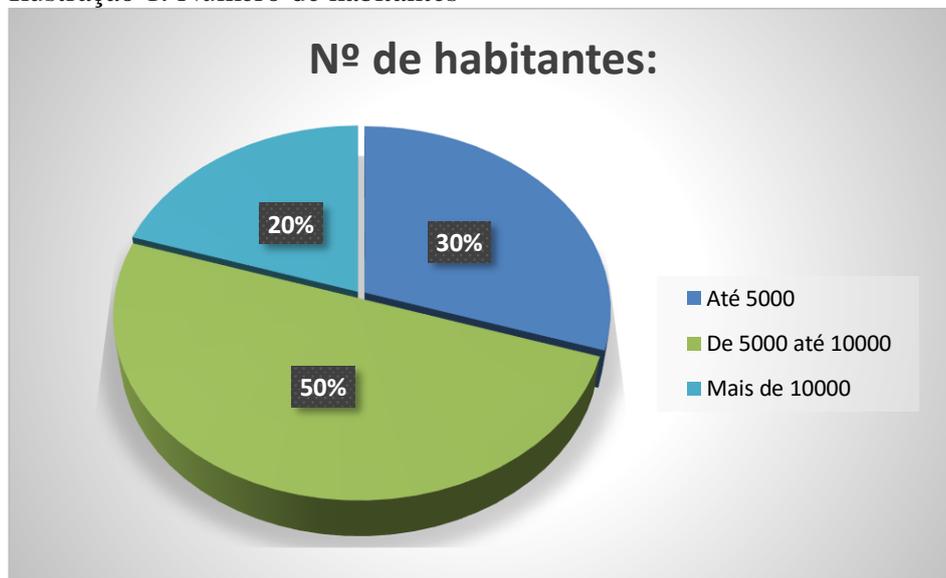
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com o objetivo da pesquisa, foi disponibilizado aos 26 municípios da AMM um questionário on-line no qual havia diversas questões, objetivas e dissertativas, que os questionavam sobre vários pontos importantes para as questões socioambientais. Do total de municípios questionados, apenas 10 responderam o questionário dentro do prazo estipulado, perfazendo um percentual de 39%.

De acordo com as respostas obtidas foi possível desenvolver as seguintes análises:

No que se refere ao número de habitantes de cada município, 30% dos pesquisados possuem até 5.000 habitantes, 50% possuem de 5.000 a 10.000 habitantes e 20% dos pesquisados tem mais de 10.000 habitantes como demonstra a ilustração abaixo:

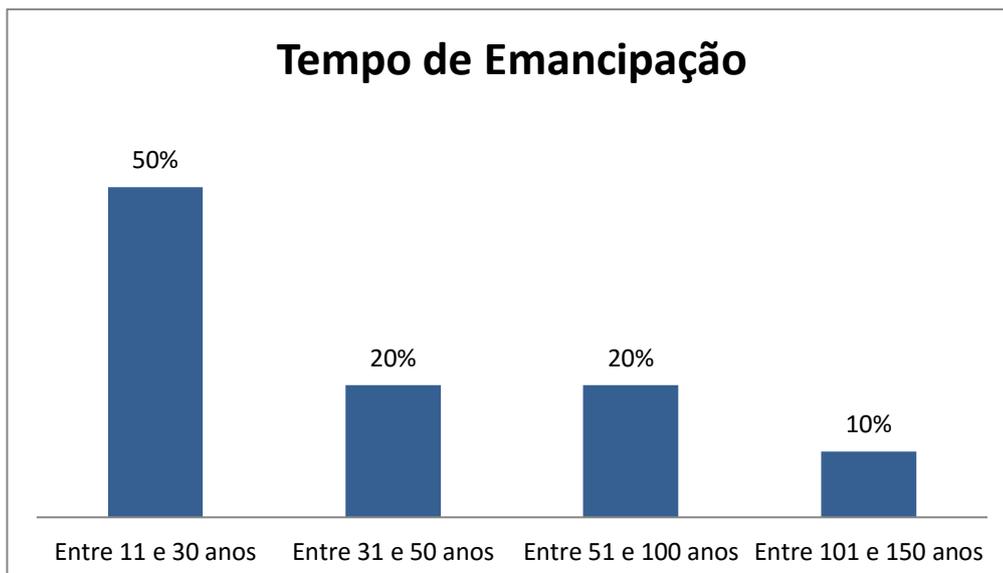
Ilustração 1: Número de habitantes



Fonte: Dados da pesquisa.

Dos municípios pesquisados, 50% estão emancipados entre 11 e 30 anos; já entre 31 e 50 anos de emancipação tem-se 20% dos pesquisados; outros 20% se encontram entre 51 e 100 anos de emancipação e por fim apenas 10% está emancipada acima de 101 anos, como demonstra a ilustração a seguir:

Ilustração 2: Tempo de emancipação

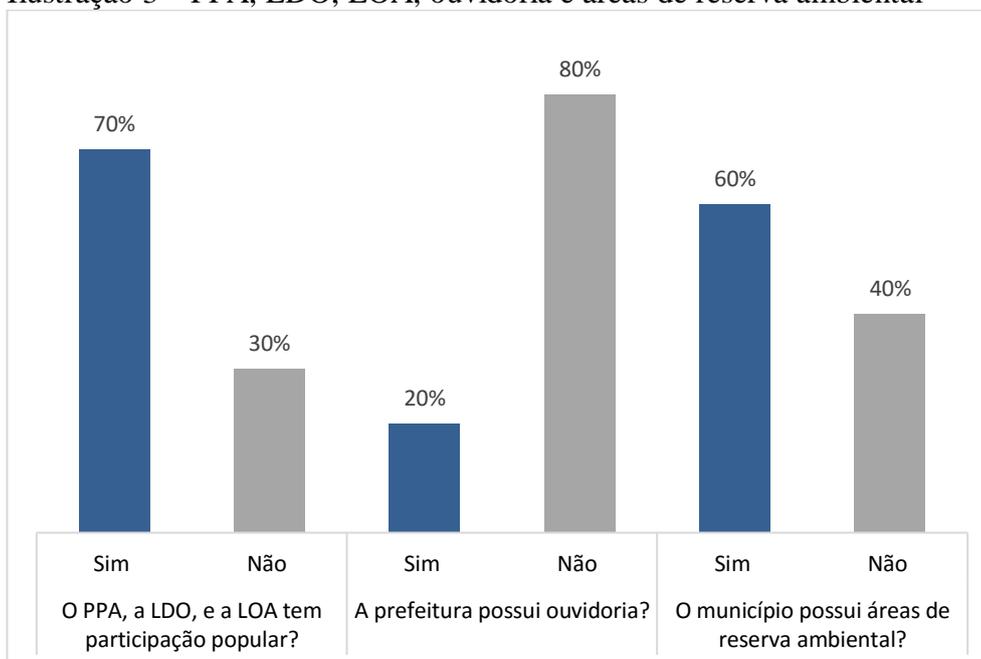


Fonte: Dados da pesquisa.

Quando questionados se os municípios possuem Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA com participação popular, 70% dos municípios possui algum ou todos os itens acima com participação popular e 30% não possuem participação popular, complementado esse questionamento, 80% das Prefeituras possuem ouvidoria e apenas 20% não a possuem.

Quando questionados sobre os assuntos específicos da pesquisa foi indagado se o município possui Áreas de Reserva Ambiental, onde 60% confirmaram que possuem e 40% negaram possuir estas áreas, estes dados podem ser observados na ilustração a seguir:

Ilustração 3 – PPA, LDO, LOA, ouvidoria e áreas de reserva ambiental



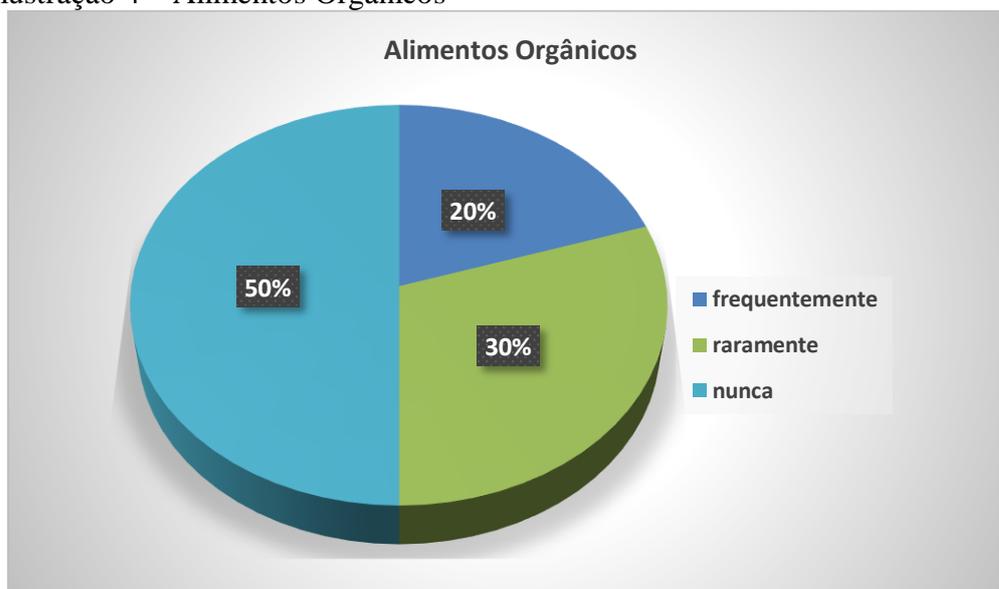
Fonte: Dados da pesquisa.

Em uma escala de 01 a 10, os municípios deviam definir um índice para dizer se sua população urbana é atendida pelo abastecimento público de água potável, dois municípios

marcaram o índice 08, três municípios assinalaram o índice 09 e cinco municípios assinalaram o índice 10, nestes três casos são resultados muito bons, pois eram os valores máximos desta escala. Da mesma forma, eles precisavam definir um índice que expressasse a ocorrência de algum domicílio urbano sem ligação com a rede de esgoto, dois municípios definiram o índice 04 e os demais, oito municípios, assinalaram o índice 01 o que quer dizer que são pouquíssimos domicílios que possuem ligação com a rede de esgoto.

Uma das perguntas do questionário abordava sobre a aquisição, pelo município, de alimentos com certificado de produção orgânica, dois municípios responderam que compram com frequência, três municípios raramente compram e cinco municípios responderam que nunca compram alimentos com certificação de produção orgânica.

Ilustração 4 – Alimentos Orgânicos

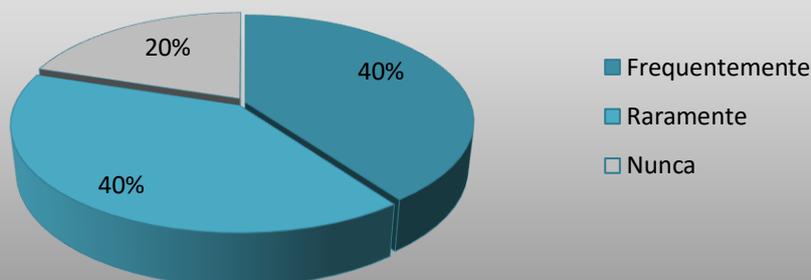


Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com o questionário aplicado, 40% efetuam compras sustentáveis com frequência, outros 40% disseram comprar raramente os mesmos produtos e 20% nunca efetuam compras sustentáveis.

Ilustração 5 – Compras Públicas Sustentáveis

O município efetua compras públicas sustentáveis para a promoção do desenvolvimento sustentável?

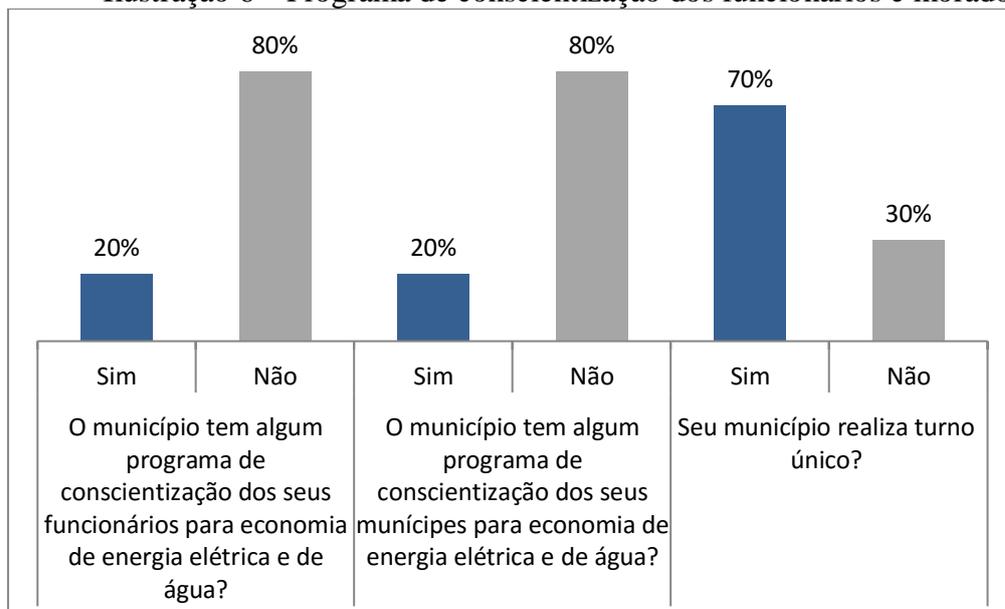


Fonte: Dados da pesquisa.

A respeito do questionamento sobre a existência de programa de conscientização dos funcionários públicos para economizarem energia elétrica e água, obteve-se as seguintes respostas: 20% dos municípios confirmaram haver programas com este fim e 80% disseram não possuir estes programas. Quanto a este quesito também foi questionado quanto à realização de turno único, como forma de economia para o município: as respostas obtidas foram: três Prefeituras responderam trabalhar em turnos normais e as demais efetuam o turno único por um período de 2 a 6 meses variando de cidade para cidade.

Outra questão levantada foi se o município desenvolve programas para conscientizar seus munícipes, ou seja, seus moradores. Assim, os mesmos 20% que têm programa para conscientizar os funcionários públicos, têm também para conscientizar seus moradores e 80% não possuem este tipo de programa.

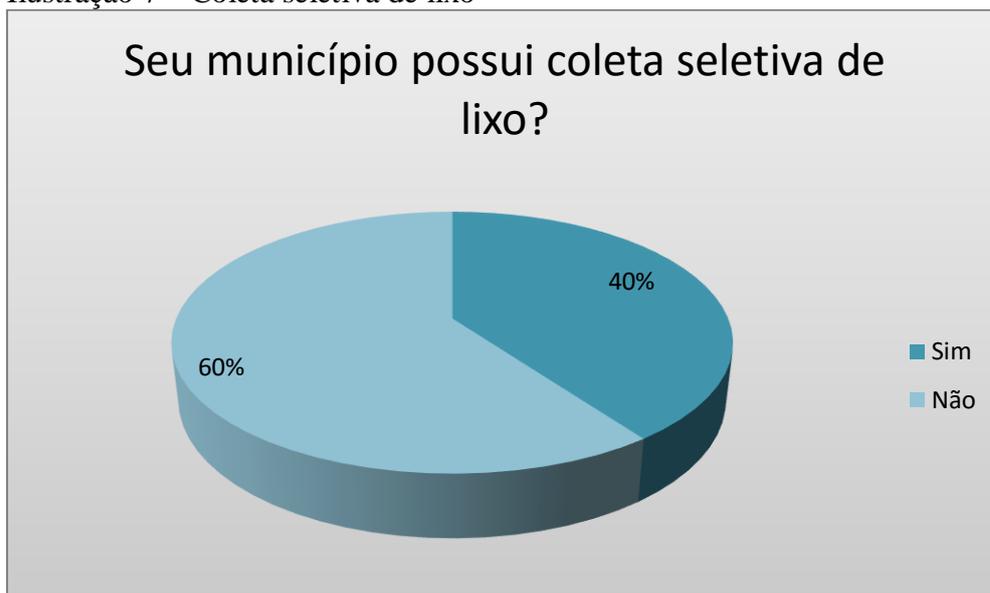
Ilustração 6 – Programa de conscientização dos funcionários e moradores.



Fonte: Dados da pesquisa.

Do total de municípios questionados, 60% possui coleta seletiva de lixo e 40% ainda não tem disponível em sua cidade este serviço.

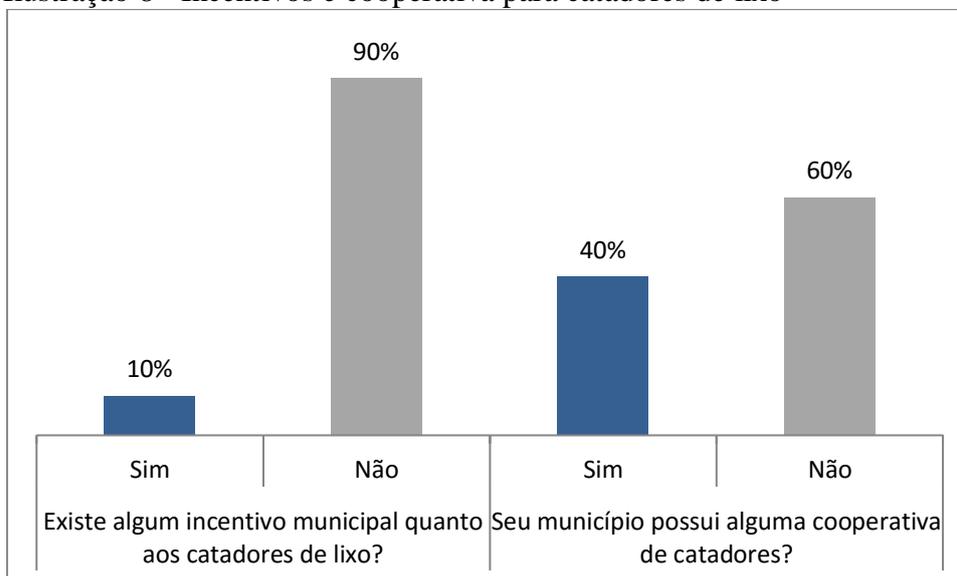
Ilustração 7 – Coleta seletiva de lixo



Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda sobre o lixo municipal, as Prefeituras foram questionadas se possuem algum tipo de incentivo aos catadores, apenas 10% disse sim e as outras 90% disseram não dispor de nenhum incentivo deste tipo, porém, quando questionadas se possuem alguma Cooperativa de catadores, 40% disseram possuir e 60% disseram que não possuem.

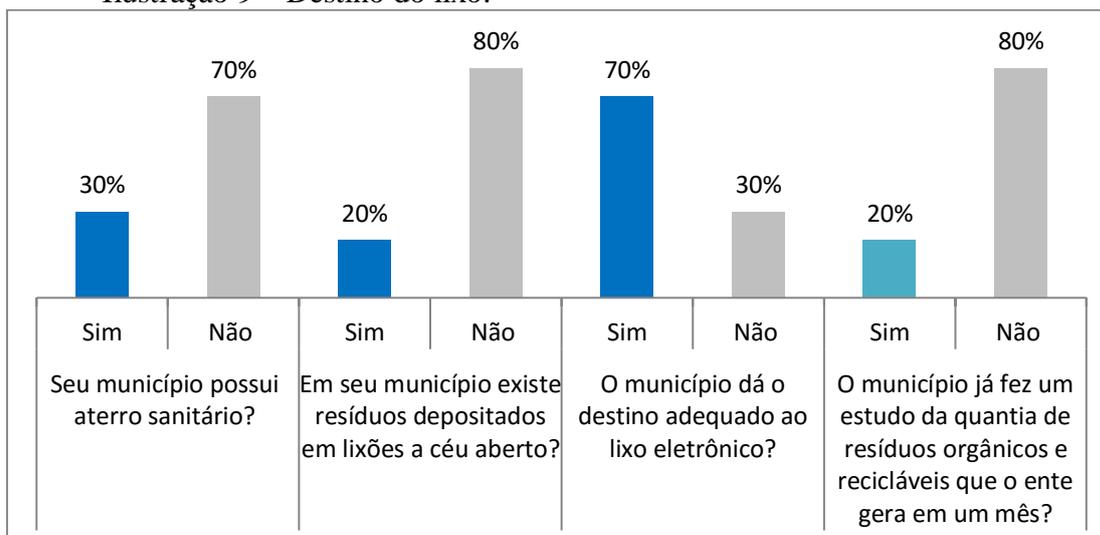
Ilustração 8 - Incentivos e cooperativa para catadores de lixo



Fonte: Dados da pesquisa.

Dos municípios que responderam ao questionário, 30% possuem aterro sanitário e 70% afirmam não possuir, destes mesmos, 20% disseram possuir resíduos depositados a céu aberto e 80% não possuem. Quando questionadas sobre a destinação correta do lixo eletrônico, 70% afirmam cuidar desta destinação e 30% diz não possuir este recurso. Quando questionados se o município já fez algum estudo da quantia de resíduos orgânicos e recicláveis produzidos pelo próprio ente em um mês, apenas 20% dos municípios realizam tais estudos, entre tanto, os outros 80% não realizam nenhum tipo de estudo, o que é um desperdício, pois há muitos materiais que podem ser reutilizados e através destes estudos poderiam ter bases de quanto já estão reciclando e o quanto poderiam reciclar a mais.

Ilustração 9 – Destino do lixo.



Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar de 70% dos municípios participantes não possuem aterro sanitário em suas cidades, a maioria dos resíduos gerados nesses municípios são destinados ao aterro sanitário, após a separação do lixo pela empresa da coleta.

Nota-se que atualmente o lixo eletrônico vem gerado grandes problemas para o meio ambiente quando descartados de maneira incorreta pela população. Ao questionar os municípios da região missioneira para saber qual o destino deste lixo quando estão sobre a sua responsabilidade, concluiu-se que maioria dos municípios encontram dificuldades em implementar a logística reversa, indicando-se ao gerador do lixo eletrônico, levar o material de volta onde foi comprado, ficando então a cargo dos municípios a contratação de empresas privadas para realizar a destinação adequada dos resíduos eletrônicos produzidos tanto pelo próprio ente como por sua população.

Ao questionar sobre a educação ambiental, as ações sustentáveis consideradas mais importantes para as prefeituras são: a organização de eventos periódicos sobre temas ambientais; existência de grupos de pesquisa municipais voltados para a temática sustentabilidade; utilização dos meios de comunicação (TV, rádio, jornal) para campanhas em prol do Meio Ambiente; visitas técnicas e promoção de atividades relacionadas à sustentabilidade e preservação do meio ambiente e a implantação de um Centro de Educação Ambiental.

Em relação a ações sustentáveis, as prefeituras consideram importante para reduzir o consumo à implantação de equipamentos para a reutilização da água da chuva, úteis para a limpeza e irrigação de jardins e hortas; uso do papel reciclado como também a reutilização de papéis para blocos de anotações e rascunhos; lâmpadas e equipamentos de baixo consumo de energia; torneiras com sensor / temporizador que controlam o desperdício de água e produtos como materiais de limpeza que não agridam o meio ambiente.

Já em relação aos resíduos, as ações mais importantes para as prefeituras são: implantação da coleta seletiva dos resíduos recicláveis; parceria com cooperativa local de catadores de materiais recicláveis; descarte adequado dos resíduos e efluentes de laboratórios; programa de implementação de sacolas retornáveis, de papel ou oxibiodegradáveis no município; compostagem do lixo orgânico dos restaurantes e lanchonetes;

Observou-se que é de suma importância que cada município se empenhe em fazer a sua parte, um exemplo é o município de Santo Ângelo, RS, que conforme disposto em seu site tem algumas iniciativas como unir forças entre a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA e o SINDILOJAS para recolhimento de lixo eletrônico. Outro grande exemplo é o projeto do

SEMA desenvolver o plantio de árvores, e, ainda o projeto que tem como objetivo principal conscientizar a população sobre a importância do rio Itaquarinchim para a cidade. Já o município de Entre-Ijuís, a partir do mês de novembro de 2014, passou a oferecer a coleta seletiva de lixo, são estes alguns exemplos de algumas iniciativas que fazem diferença para a região missioneira.

CONCLUSÃO

Ao longo do tempo a questão ambiental vem ganhando maiores proporções, tanto de ações em conjunto quanto individuais. Para isso, toda a população vem sendo incentivada de forma que utilize os recursos naturais de forma consciente.

Motivadas pela importância de cada um cumprir seu papel em prol da recuperação ambiental e da conscientização quanto ao uso recursos naturais, questionou-se aos municípios da Região das Missões quanto ao cumprimento do seu papel na questão socioambiental (tanto no ambiente interno- prefeituras, quanto externo- comunidade local). Dentre os 26 municípios que formam a AMM somente 10 responderam o questionário no período estipulado.

A partir da questão elucidada e com base nos dados analisados, verificou-se que muitos municípios da região das Missões não realizam procedimentos básicos para auxiliar na questão do desenvolvimento sustentável dos municípios, como exemplo cita-se: os 40% dos municípios que não possuem áreas de reserva ambiental, os pouquíssimos domicílios que possuem ligação com a rede de esgoto, os 50% que disseram nunca ter comprado alimentos com certificação de produção orgânica, os 80% que não possuem nenhum programa de conscientização dos funcionários públicos para reduzir o consumo de energia elétrica e água, os 40% que ainda não tem disponível em sua cidade a coleta de lixo e das cidades que possuem a coleta seletiva, 90% delas não dispõem de nenhum incentivo aos catadores. Em torno de 70% afirmam não possuir aterro sanitário e 80% não realiza nenhum tipo de estudo sobre a quantidade de lixo reciclável produzido pelo ente público.

Tendo em vista a pesquisa realizada, pode-se afirmar que os municípios da região das Missões, ora pesquisados, vêm em um processo lento de adequação as questões socioambientais. Contudo, sabe-se que os municípios têm um papel muito importante nas ações sustentáveis, pois podem promover incentivar e cobrar da população formas de controle neste âmbito.

Portanto, cabe aos municípios cumprirem com o seu papel na preservação socioambiental, realizar campanhas para conscientizar seus munícipes, promover a coleta e destinação correta dos resíduos produzidos, seja eles orgânicos, eletrônicos ou recicláveis, fiscalizarem e punir quem está desrespeitando e poluindo o meio ambiente, para que assim juntos, ente público e população contribuam com estas mudanças tão necessárias para salvar e proteger toda a diversidade ambiental da região missioneira.

REFERÊNCIAS

BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: Abordagem Simples e Objetiva. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. **Cartilha A3P** – Agenda Ambiental na Administração Pública – Disponível em: <http://www.mma.gov.br/a3p/arquivos/cartlhaa3p36pdf>. Acesso em: 29/09/2015

BRASIL. **ITS BRASIL Instituto de tecnologia social**. Disponível em: <http://www.itsbrasil.org.br/conceito-de-responsabilidade-social>. Acesso em: 02/10/2015.

BRASIL. **Resolução nº 237 de 19 de dezembro de 1997** do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA Art. 6º. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/resoluo_n_237-97.pdf. Acesso em: 08/09/2015

COSTA, C. A. G. da. **Contabilidade Ambiental**: Mensuração, Evidenciação e transparência. São Paulo: Atlas, 2012.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública**: Teoria e Prática. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
ABNT NBR ISO 26000. Diretrizes sobre responsabilidade social. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_i_magens-filefield-description%5D_65.pdf. Acesso em: 30/09/2015

OELRICH, A. **MOTIVADORES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL** Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5573/1/417712.pdf>. Acesso em: 12/09/2015

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental**: Instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014